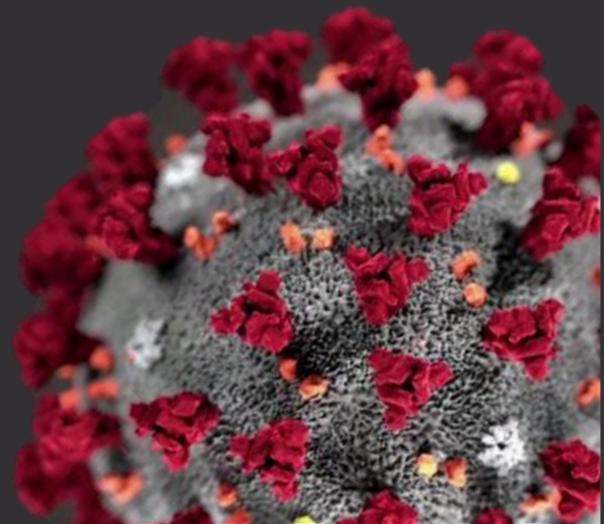


# Painel de Monitoramento

## Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

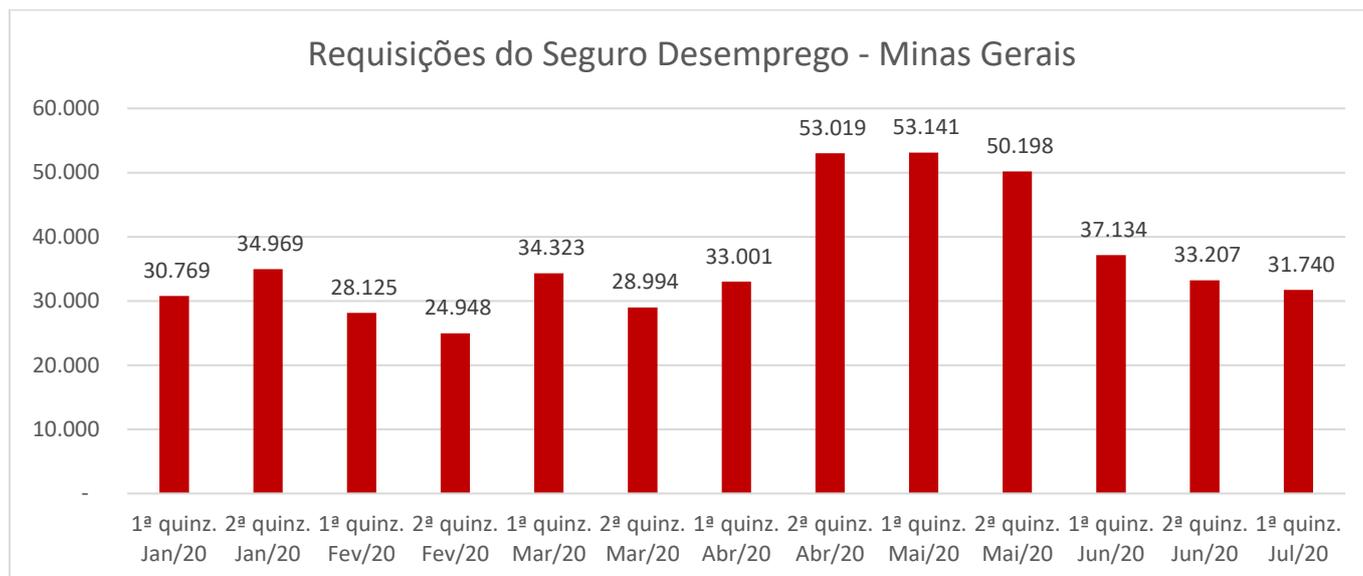
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- PNAD-COVID e Auxílio Emergencial;
- Coronavírus e mulheres no mercado de trabalho;
- Retomada do Comércio;
- Brasil Pós-Pandemia.

## **SEGURO DESEMPREGO**

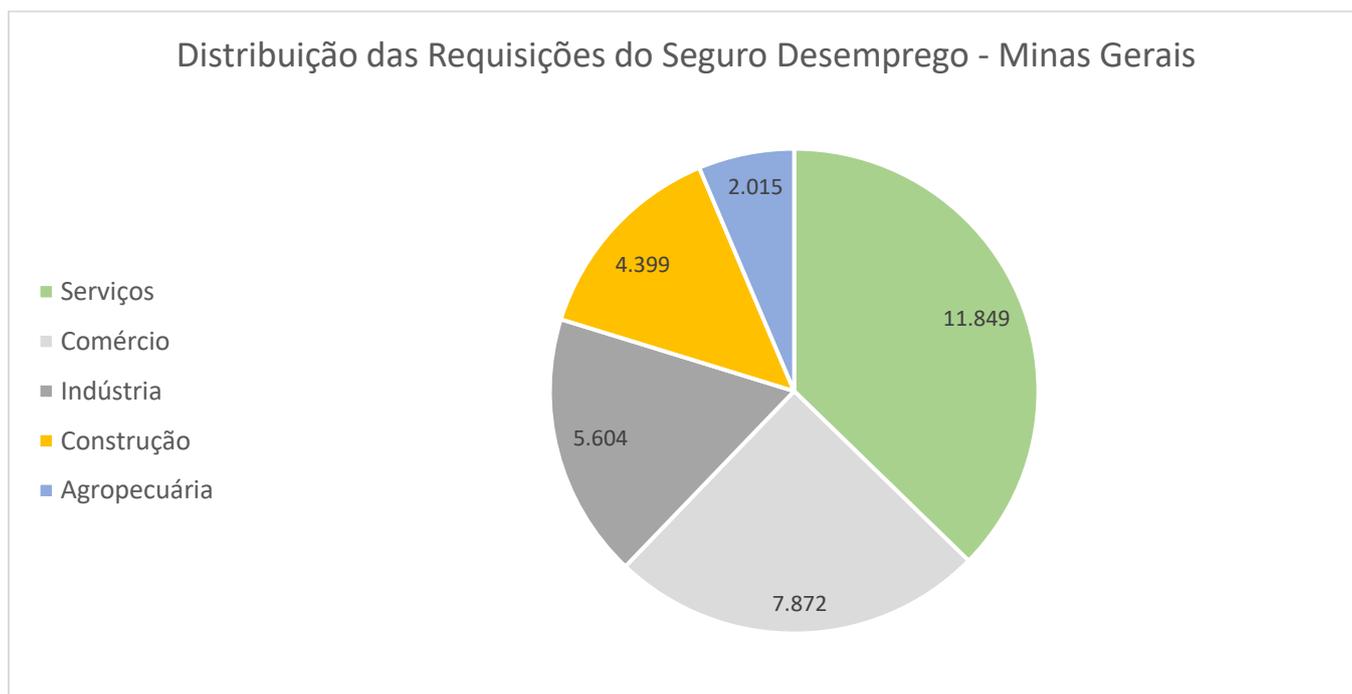
### **Número de requisições do benefício apresenta quarta queda sucessiva em Minas Gerais**

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, durante a primeira quinzena de julho, totalizou 31.740 benefícios, uma redução de 4,41% em relação à quinzena anterior. Apesar da tímida retração na análise histórica, esta é a quarta queda sucessiva do indicador após atingir o ápice de 53.141 requisições na primeira quinzena de maio. Nesse cenário de consecutivas baixas na solicitação do benefício, pode-se inferir que, pela primeira vez durante a pandemia, o indicador atingiu parâmetros de normalidade, ficando abaixo inclusive do valor observado na mesma quinzena do ano anterior, quando foram pagos 33.593 auxílios assistenciais em Minas Gerais.

No ranking de segmentos econômicos que mais demandaram o Seguro Desemprego na primeira quinzena de julho, a primeira posição ficou com o setor de serviços (37,3%) que totalizou 11.849 trabalhadores formais dispensados. Em segundo lugar, está o comércio (24,8%), com 7.872 requisições. Os gráficos abaixo ilustram essa realidade:



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

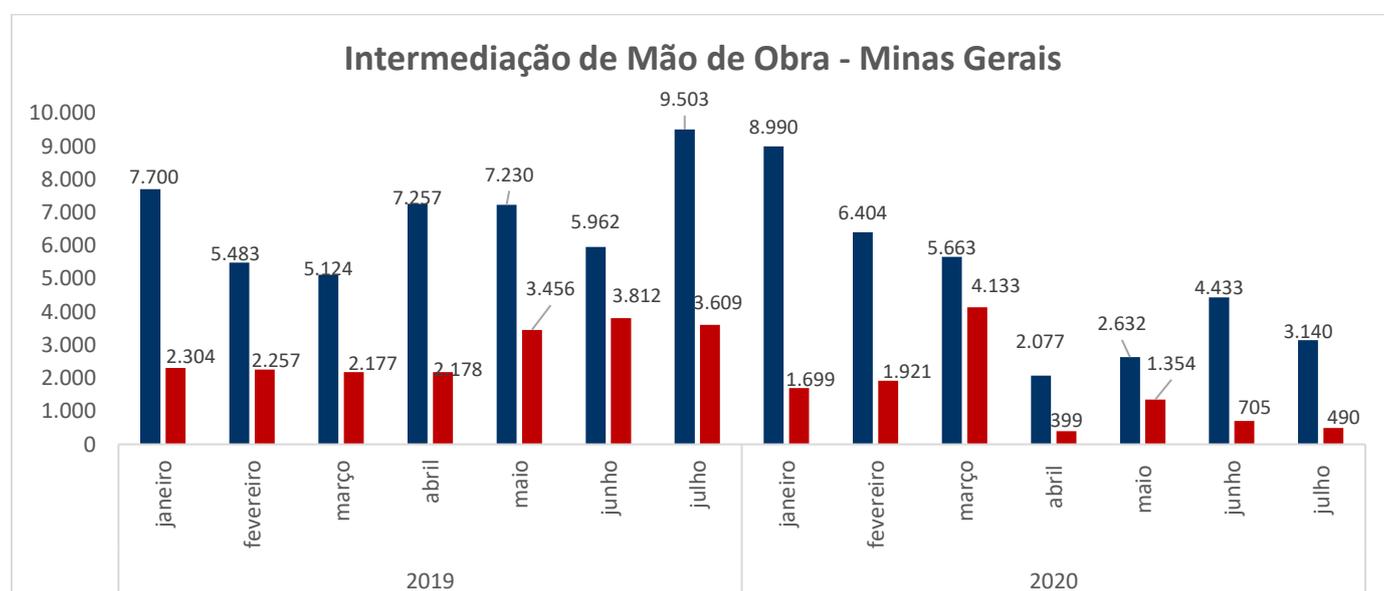
Destaca-se que, dentre o total de benefícios requeridos, 67,7% foram solicitados por meio dos canais digitais da Rede Sine, número este que tem apresentado sucessivas diminuições em detrimento dos atendimentos presenciais, haja vista a retomada das atividades em diversos municípios do Estado de Minas Gerais.

Se analisado em uma perspectiva comparada com o cenário nacional, Minas Gerais demandou 10,9% do total de seguros solicitados no país na primeira quinzena de julho. Em termos monetários, isso equivale a mais de R\$ 170 milhões de reais gastos pelos cofres públicos do governo federal a fim de assegurar uma renda mínima para os trabalhadores mineiros dispensados de suas funções.

## ESTATÍSTICAS DO SINE

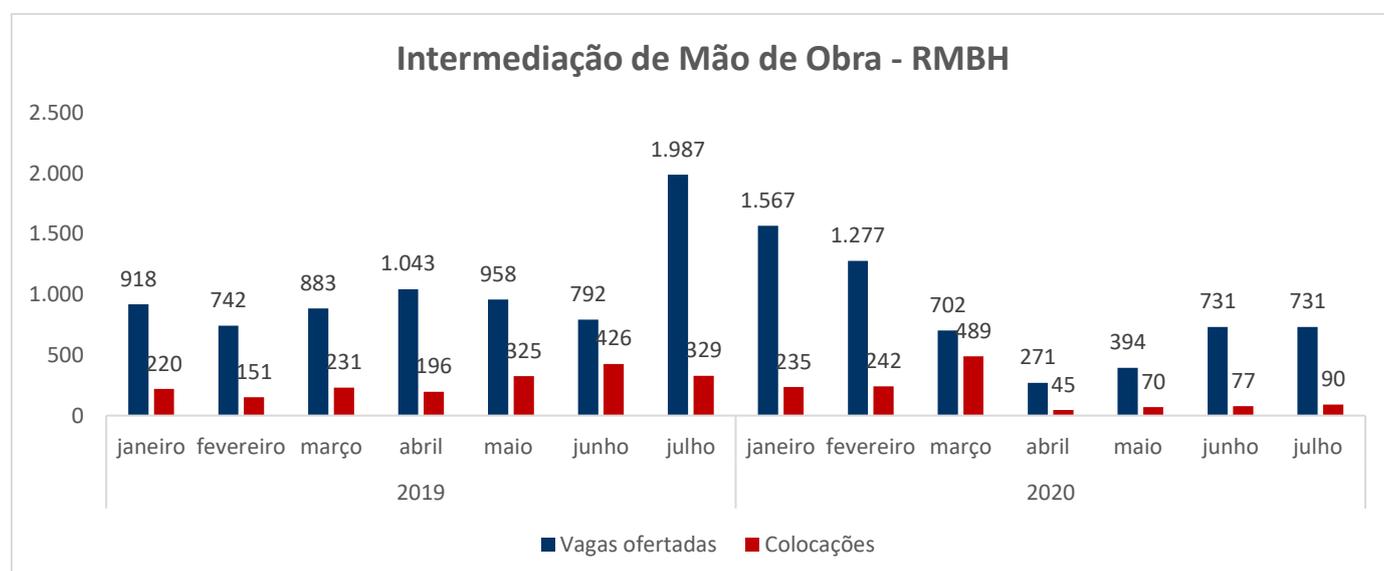
### Serviços são oferecidos em regime de teletrabalho

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 557.774 atendimentos entre janeiro e julho de 2020 (até 20/07), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de julho computados até o dia 20/julho



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de julho computados até o dia 20/julho

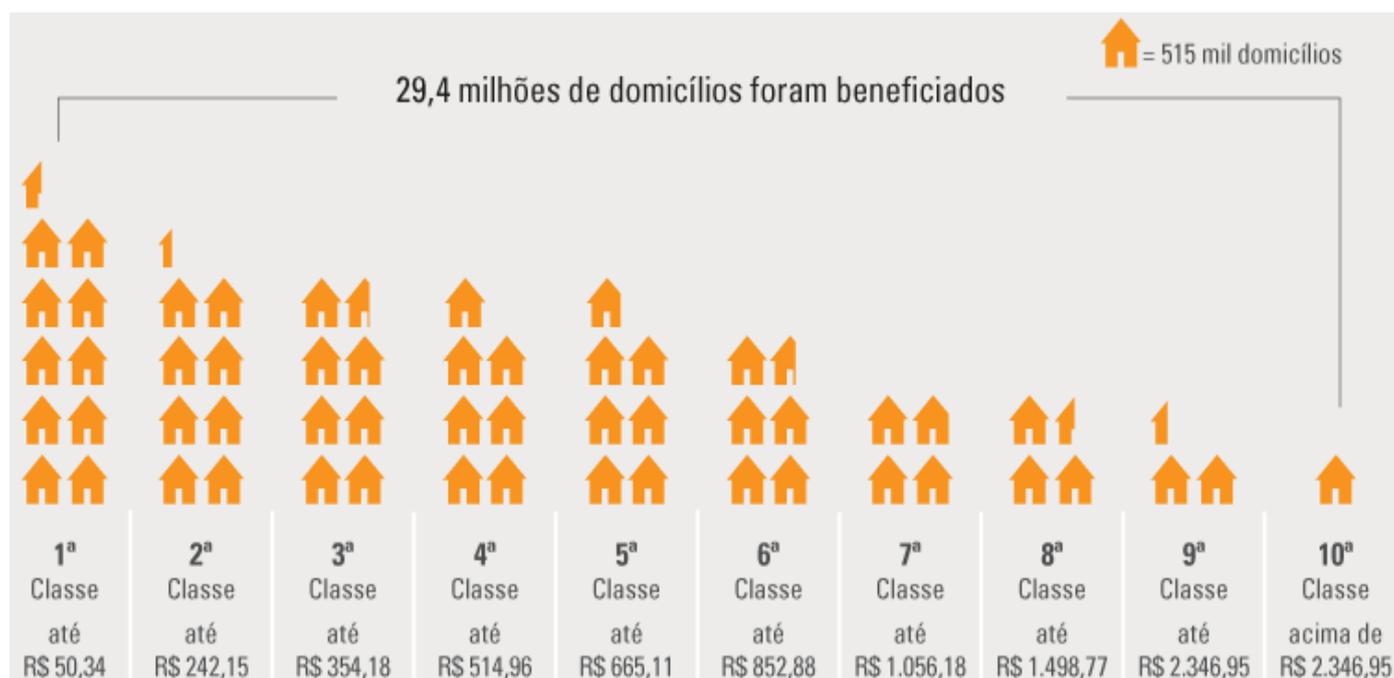
## PESQUISA PNAD-COVID

### Quase metade da população foi beneficiada direta ou indiretamente pelo Auxílio Emergencial em junho

Cerca de 29,4 milhões de domicílios brasileiros foram beneficiados pelo auxílio emergencial no mês de junho, o equivalente a 43% do total de domicílios (68 milhões). Em relação ao mês anterior, houve aumento de 3,1 milhões de lares beneficiados pelo programa (26,3 milhões). Os dados são da pesquisa PNAD Covid, que objetiva monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro mensalmente, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 23 de julho.

A pesquisa mostrou que a distribuição do Auxílio Emergencial foi bastante concentrada nos estratos mais baixos de renda. Como explicado pelo diretor adjunto de Pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, dos R\$ 27,3 bilhões de distribuídos em junho, 75,2% foi transferido para a metade mais pobre da população. Os resultados são ainda mais surpreendentes ao analisar a distribuição do auxílio nos estratos de renda individualmente. Das 21 milhões de pessoas que compõem o estrato mais baixo de renda (isto é, população com renda familiar per capita de até R\$ 50,34), 83,5% residiam em domicílios que beneficiados pelo auxílio emergencial. Já no segundo estrato (renda familiar per capita de até R\$ 242,15), o auxílio emergencial beneficiou direta ou indiretamente 86,1% da população.

#### Domicílios que receberam o auxílio emergência por classe de rendimento per capita



Fonte: PNAD-COVID / IBGE

O auxílio emergencial é uma política do Governo Federal e tem como público alvo trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com renda familiar per capita até R\$ 522,50 ou renda bruta familiar de até R\$ 3.135, o equivalente a três salários mínimos.

Os resultados da pesquisa apontaram também que a taxa de desocupação aumentou de 10,7% para 12,4% entre maio e junho deste ano. É importante lembrar que as medidas de distanciamento social impedem que muitas pessoas busquem trabalho, o que acaba “mascarando” a taxa de desocupação por ela ter relação direta com o número total de pessoas que efetivamente buscam emprego. Dessa forma, segundo o diretor de pesquisas, o aumento da taxa de desocupação observado em junho foi impulsionado pela flexibilização das medidas de distanciamento social. “Isso implicou no aumento da população na força trabalho, já que o número de pessoas que não buscavam trabalho por causa da pandemia reduziu frente a maio. Elas voltaram a pressionar o mercado”. Apesar do aumento da população à procura de emprego, a população ocupada apresentou queda no mês de junho (83,4 milhões) em relação ao mês de maio (84,4 milhões).

Outros indicadores também demonstram possíveis reflexos do afrouxamento das medidas de distanciamento social. A população ocupada e afastada do trabalho devido ao distanciamento social em junho compreendia 11,8 milhões de pessoas, o total foi 3,9 milhões inferior ao registrado em maio (15,7 milhões). Em junho, também houve queda no número de pessoas afastadas do trabalho sem direito a remuneração, que passou de 9,7 milhões em maio para 7,1 milhões em junho, apesar do quantitativo ainda representar quase metade da população afastada do trabalho (48,4%).

## **MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO**

### **Pandemia ameaça aumentar a disparidade econômica entre homens e mulheres, alerta FMI**

Segundo relatório divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na terça-feira (21), a pandemia do Coronavírus pode comprometer o progresso alcançado pelas mulheres nas últimas três décadas no tocante à redução da disparidade econômica em relação aos homens. Segundo o FMI, existem 4 principais razões que explicam essa possibilidade: a primeira razão é que mulheres ocupam, em maior proporção que homens, postos de trabalho que exigem maior interação “cara-a-cara”. Isso se evidencia pelo fato das mulheres se concentrarem nos setores da indústria, serviços, varejo e turismo - justamente os mais prejudicados pelas medidas de distanciamento social. Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa de desemprego entre as mulheres foi 2 pontos superior à dos homens entre abril e junho. Além disso, nos EUA, 54% das mulheres estão ocupadas em setores nos quais o teletrabalho não é possível, enquanto, no Brasil, esse percentual é de 67%.

A segunda razão apontada pela entidade é a maior probabilidade de serem as mulheres as ocupantes de um posto de trabalho informal. Isso porque, os trabalhadores informais, além de serem fortemente prejudicados pelas necessárias medidas de distanciamento social, não possuem acesso a direitos trabalhistas básicos e outros benefícios como, por exemplo, pensões e seguro-saúde, tornando a situação destes mais complexa em meio à pandemia.

Em terceiro, está o fato das mulheres assumirem maior parcela do trabalho doméstico que homens. Segundo o relatório, em média, cada mulher faz 2,7 horas de trabalho doméstico a mais que homens. Também recai sobre a população feminina o peso da responsabilidade pelos cuidados familiares com crianças e pais idosos, resultantes das medidas de fechamento das escolas e distanciamento social.

A quarta e última razão apontada pelo FMI é o maior risco de perda de capital humano, sobretudo em países em desenvolvimento. Em momentos de crise,

muitas mulheres são forçadas a abandonar a escola para começar a trabalhar e complementar a renda familiar. Segundo um relatório do Malala Fund, uma organização internacional sem fins lucrativos, após a crise do Ebola, na Libéria, a probabilidade de uma menina se matricular em uma escola era 25% menor que a de um menino. Sem acesso à educação, muitas meninas sofrem perda significativa de capital humano, prejudicando o desenvolvimento da produtividade e contribuindo para a perpetuação do ciclo da pobreza.

O relatório do FMI conclui apontando que é crucial que formuladores de políticas públicas adotem medidas para limitar os efeitos devastadores da pandemia nas mulheres, como, por exemplo, extensão do apoio à renda aos públicos vulneráveis, preservação de vínculos empregatícios e estímulo a uma melhor divisão das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres.

Mais detalhes em: [blogs.imf.org](https://blogs.imf.org)

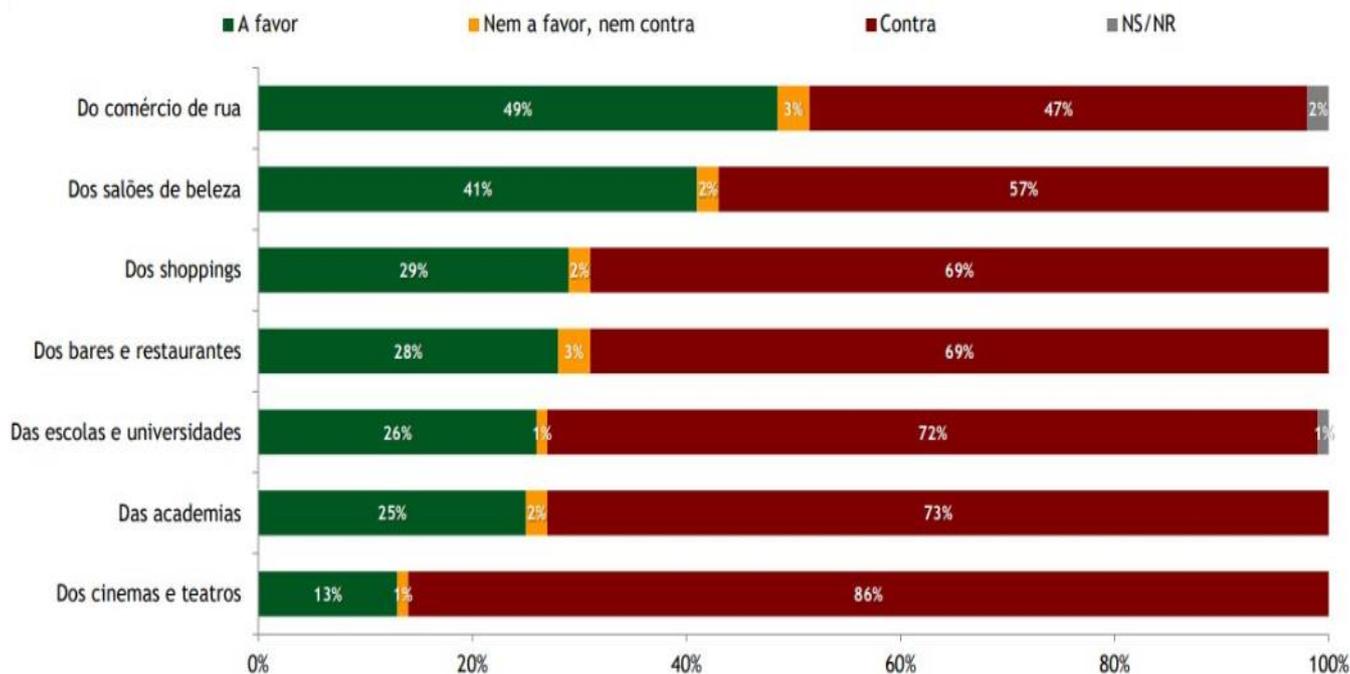
## RETOMADA DO COMÉRCIO

### Segundo pesquisa, 8 em cada 10 brasileiros apoiam as medidas de isolamento social

Pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que maioria da população ainda é favorável ao isolamento social. Conforme levantamento feito por telefone entre os dias 10 e 13 de julho, 84% se disseram favoráveis às medidas de contenção da propagação do vírus, percentual este que se manteve estável em relação ao levantamento anterior, realizado em maio. Apesar disso, o retorno das atividades de alguns tipos de estabelecimentos comerciais ainda divide opiniões. A retomada das atividades do comércio de rua, por exemplo, é aprovada por 49% da população e reprovada por 47%, sendo este o seguimento com menor proporção de contrários ao retorno. No outro extremo,

estão aos Cinemas e Teatros, estes acumulam o maior percentual de contrários ao retorno (86%).

## Posicionamento quanto à reabertura do comércio



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)/ Instituto FSB Pesquisa.

A pesquisa mostrou também que os brasileiros continuam apreensivos em relação ao futuro e pretendem manter os gastos em patamares reduzidos. 67% dos entrevistados acreditam que a retomada da recuperação econômica ainda não começou e 61% creem que essa retomada demorará ao menos um ano para ocorrer. Possivelmente em função da incerteza quanto ao futuro da economia, 71% dos brasileiros afirmaram ter reduzido os gastos mensais desde o começo da pandemia, percentual inferior ao registrado em maio (74%). Quanto ao receio de perder o emprego, 71% dos trabalhadores (formais e informais), disseram ter medo de perder o emprego, 6 pontos percentuais abaixo do registrado em maio (77%), entretanto, o percentual de trabalhadores que afirmaram ter grande ou muito medo de perder o emprego ficou em 45%, também abaixo do registrado no último levantamento (48%), o que ainda representa quase metade do total de trabalhadores brasileiros.

“Os dados recentes da economia mostram que o pior da crise causada pelo novo coronavírus pode ter ficado para trás, mas a pesquisa reforça a enorme importância de se construir uma agenda consistente, com ações de médio e longo prazo, para a retomada das atividades produtivas e do crescimento do país. Recuperar a confiança do brasileiro, para que ele volte a consumir, é de suma importância para acelerar esse processo”, comenta presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

## BRASIL PÓS PANDEMIA

### IPEA defende desoneração da folha de pagamento como alternativa para preservação de empregos no Brasil

Em meio ao aumento do desemprego e à preocupação do governo com a retomada da geração de vagas no mercado de trabalho no momento pós-pandemia, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) defende uma desoneração temporária de tributos sobre salários, com maiores benefícios para contratos de jornada parcial, e a extensão dos instrumentos que permitem redução de jornada e salários na crise. As sugestões constam no documento "Brasil Pós Covid-19", que é lançado nesta quarta-feira (22) e traz propostas de medidas para ajudar a impulsionar a retomada da economia brasileira após os impactos do novo coronavírus.

No caso da autorização para cortes de jornada e salário, o Ipea argumenta que os efeitos da crise devem permanecer mesmo após a fase mais aguda da pandemia, deixando empresas em situação de dificuldade. O foco dessa ação seria a preservação de empregos. Por outro lado, o órgão reconhece que o governo não possui recursos suficientes para seguir bancando compensações aos trabalhadores atingidos por essas negociações. A União já destinou R\$ 51,2 bilhões ao pagamento do benefício emergencial para empregados que fecharam acordos de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato.

Na proposta do Ipea, o formato dos acordos seria ajustado para caber no Orçamento. Não seria mais permitida a suspensão do contrato (que obriga o governo a pagar a parcela cheia do Seguro Desemprego que seria devido em caso de demissão). As empresas que adotaram essa modalidade poderiam migrar para uma redução de jornada e salário de até 70%. Já os acordos de redução de jornada e salário, que hoje permitem corte de até 70%, ficariam restritos a diminuições de 25% e 50%. Na avaliação do Ipea, a medida poderia vir acompanhada de maior adiamento em pagamento de tributos para as empresas que mantiverem os pagamentos dos salários, ainda que de forma parcial, e oferta de empréstimos em "condições facilitadas" aos trabalhadores. Além da preservação de empregos, os técnicos do órgão defendem uma política desenhada para alavancar a geração de novos postos de trabalho. Para isso, propõem uma desoneração temporária de tributos sobre salários, para que as companhias tenham incentivos nas contratações. O foco da desoneração seria a contratação de funcionários com salário equivalente a até três salários mínimos (R\$ 3.135).

Dividido em quatro eixos, o estudo do Ipea traz uma série de sugestões de iniciativas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil e destravar os investimentos. Há ações focadas nas atividades produtivas e reconstrução das cadeias de produção, inserção internacional, investimento em infraestrutura e proteção econômica e social de populações vulneráveis - o que inclui um benefício universal infantil para menores de 18 anos, ao custo de R\$ 26,6 bilhões. O documento completo elaborado pelo IPEA pode ser acessado [clikando aqui](#).